

INTRODUÇÃO

Dentro da ampla literatura ligada ao tema "café", não há grande número de trabalhos que tratam especificamente do consumo interno, no período recente. Isto foi o que nos motivou a explorar um pouco mais esta área, desenvolvendo um trabalho de pesquisa, cujo intuito é o de trazer alguma contribuição tanto no sentido de entendimento, como de colocação de novas interpretações deste ou daquele fenômeno.

Fundamentalmente, os estudos existentes abordam a política cafeeira e/ou a tentativa de encontrar a fórmula "ideal" de compatibilizar dois objetivos que, a nosso ver, tem sido conflitantes: maximização da receita de divisas "versus" manutenção do "share" no mercado internacional. Pelo fato de estes temas já terem sido objeto de várias investigações, uma contribuição adicional ou uma proposta nova de explicação destes fenômenos, requereriam um trabalho de pesquisa mais aprofundado, com a necessidade de se dispor de informações empíricas adequadas, além de amplo instrumental analítico. Tal tarefa demandaria um tempo maior do que o de que dispunhamos para sua realização.

Além dos temas anteriormente apontados, muitos pesquisadores se dedicaram à questão da produção de café. Recentemente inclusive, Guarnieri (1979) estudou alguns aspectos do planejamento na cafeicultura e Matsunaga (1981)

abordou aspectos da tecnologia na produção de café.

Nossa proposta, na pesquisa que desenvolvemos sobre o consumo interno de café, no período recente, foi a de identificar como funciona esta "peça" que faz parte da engrenagem total, que seria a economia cafeeira. Evidentemente, como não se deseja apenas a compreensão, pela compreensão somente, o objetivo é que alguma contribuição possa ser obtida em termos de formulação de política para o setor.

A partir de uma rápida revisão da bibliografia que apresenta, a nosso ver, as principais contribuições ao estudo sobre o café, no período compreendido entre as décadas de 30 e 60 e da reconstrução cronológica dos fatos relativos à produção, exportação, consumo interno e política cafeeira na década de 70, forma pela qual tomamos conhecimento do assunto, encontramos vários pontos cuja tentativa de compreensão daria margem à elaboração de trabalhos bastante detalhados. Todas estas informações estão no capítulo 1.

O material utilizado na preparação deste capítulo está disperso, sendo necessária a consulta a várias publicações: Relatório do Banco Central do Brasil, Conjuntura Econômica (FGV), Agroanalysis (FGV), Prognóstico São Paulo e Centro-Sul (IEA), além da própria literatura citada no texto.

A questão do consumo interno de café é retomada no capítulo 2, que apresenta sua evolução nas décadas de 60 e 70. Foi necessária a volta à década de 60, pois, como veremos, ela fornece subsídios para entendermos os efeitos derivados dos impactos das políticas seguidas pelo governo, sobre o setor industrial e sobre o consumo doméstico. O período estudado é caracterizado por situações de controle diferenciadas. Na década de 60, era preocupação do governo reduzir a oferta e o excedente estocado, enquanto que

na década de 70, a perspectiva de escassez do produto norteou diretrizes o-
postas à anterior, no tocante ao consumo interno.

Neste capítulo são abordados principalmente, aspectos relacionados ao
consumo de café torrado e moído (regular), e à Indústria de Torrefação e
Moagem de café a nível global, devido a sua maior relevância em termos de
quantidade consumida.

Além da literatura citada no texto, a evolução do consumo interno foi
baseada na consulta à Revista do Comércio do Café, do Rio de Janeiro.

Para se compreender a ação da política cafeeira, no que diz respeito ao
mercado interno é importante se conhecer a demanda deste mercado, uma vez
que os resultados obtidos decorrerão do comportamento da mesma. Sendo as-
sim, o capítulo 3 trata da estimação de demanda e de sua elasticidade.

No capítulo 4 oferecemos alguns subsídios ao planejamento do setor a-
través de simulações quanto ao comportamento futuro do consumo interno; a-
lém disso, analisamos a questão das transformações do setor de industrializa-
ção e nossas considerações finais estão no capítulo 5.

1. CAFÉ E POLÍTICA CAFEJEIRA RECENTE

1.1 O Período Anterior a 1970

É geralmente aceito que o desenvolvimento econômico brasileiro voltado para a industrialização foi propiciado basicamente pelos mecanismos de defesa do café, montados a partir da crise de 1929 bem como pela existência de capacidade ociosa na indústria já instalada ⁽¹⁾. A aceleração deste processo teve impulso no pós-guerra, quando se deparou com dois fatores importantes: a acumulação de grandes reservas cambiais e a possibilidade de retomada do comércio internacional interrompido durante a guerra.

Tendo na adequada manipulação do comércio internacional um meio mais rápido de acelerar o processo de desenvolvimento, o café reaparece como o grande responsável pela geração de divisas necessárias ao país. Considerando o poder de monopólio do país no mercado internacional do produto e a admissão de uma inelasticidade da demanda de café ⁽²⁾, a política ca

⁽¹⁾ Uma discussão detalhada a este respeito pode ser encontrada em Furta do (1967) e Silber (1973).

⁽²⁾ Observe-se que isto vale para a demanda total. Do ponto de vista de um ofertante, em particular, a elasticidade de uma demanda é tanto maior quanto menor for sua participação no mercado.

feeira adotada objetivou maximizar a receita de divisas, amparada pela política cambial; manipulando-se a quantidade ofertada para se obter preços mais elevados possíveis.

Como consequência desta política valorizacionista houve em fins da década de 40 e início da de 50, um aumento da cultura por parte dos concorrentes estrangeiros, estimulados pelos diferenciais de preços que dirigiam a demanda para outros tipos de café. Dessa forma, o café brasileiro foi sendo substituído no mercado internacional principalmente pelo café africano. Este fato foi diagnosticado por DELFIM NETTO e PINHO (1967), da seguinte forma: "embora em níveis globais, a demanda de café possa ser considerada inelástica, a demanda para cada tipo de café brasileiro, suave e/ou africano, depende fundamentalmente dos diferenciais entre eles". Para superar o problema da perda de mercado, então indicam a "viabilidade de uma política de preços flexíveis com base em diferenciais pré-estabelecidos".

Outra consequência da política valorizacionista foi o aumento da produção interna conduzindo, a partir de 1957, à super-produção de café. Essa situação levava as autoridades cafeeiras a bancarem o excedente de café, o que exigia grandes despesas com a compra e manutenção de estoques, resultando em expansão monetária.

Na década de 60, as autoridades cafeeiras procuraram controlar a oferta de café e reduzir o impacto monetário negativo paralelamente à busca de evitar a substituição dos cafés brasileiros no mercado internacional, bem como reduzir os custos da política de sustentação de preços. Para isso, a política cafeeira baseou-se em um sistema de preços administrados que se inter-relacionavam além de um programa de erradicação e diversificação da lavoura, amparado por um esquema de financiamento. Os instrumentos básicos utilizados foram: preço mínimo de registro, preço das cambiais em cruzei-

ros, preços de garantia e cota de contribuição ⁽¹⁾...

Apesar dos esforços, os cafés brasileiros continuaram a sofrer a substituição no mercado internacional, neste período. Entretanto, a nível interno, as autoridades atingiram ao objetivo de minimização dos gastos com o setor em decorrência dos planos de erradicação, de controles de preços internos e das adversidades climáticas. CARVALHO FILHO (1976).

O ano de 1969 foi marcado por extensa geada que destruiu a produção paranaense, e por seca em São Paulo, imprimindo um cunho dramático a uma situação que já vinha se prolongando desde 1966/67, quando já não se produzia o suficiente para atender a demanda.

Neste ano, o Diretor Executivo da OIC reuniu informações pertinentes ao mercado de café, a fim de analisar as tendências do mercado e a perspectiva do suprimento e da procura do café, prevendo para o Brasil uma insuficiência do produto em 1972/73. Porém, esperava-se que esta insuficiência fosse reduzida através de programas de recuperação dos cafezais, da limitação do consumo interno e pela elevação dos preços pagos ao produtor. OIC (1970).

Levando em consideração a importância do café para obtenção de divisas, o governo põe em prática vários planos, visando racionalizar a produção cafeeira. Passamos desta forma, na década de 60, de uma fase de grandes safras para outra de produção insuficiente, a exigir planos de revigoramento das lavouras existentes e o plantio de novas.

(¹) Para uma análise detalhada sobre os instrumentos de política cafeeira ver Carvalho Filho (1976).

1.2 A Década de 70

A década de 70 se inicia com a produção brasileira de café reduzida em 46%, sendo colhidas apenas 11 milhões de sacas (Tabela I) ⁽¹⁾ e, com a expectativa de um possível esgotamento dos estoques exportáveis em poder do IBC. Este fato motivou a aceleração de compras dos principais países importadores que objetivavam ampliar seus próprios estoques. Pre-sencia-se, assim, uma situação diametralmente oposta ao início da década anterior.

A queda na produção brasileira teve duas conseqüências básicas:

a) elevação dos preços do café no mercado internacional. Isto provocou uma série de problemas ligados à intenção dos países consumidores, principalmente os Estados Unidos, de neutralizar, via OIC, a tendência de alta de preços, através da fixação de uma cota global de exportação

(1) A título de comparação com os dados desta tabela, as médias quinquenais, relativas aos anos safra 1960/61-1964/65 e 1965/66-1969/70 foram as seguintes:

produção: 26,0 e 23,6

consumo : 6,6 e 8,5

exportação: 16,3 e 18,0

disponibilidade final: 67,4 e 59,9 milhões de sacas, respectivamente.

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Café, (1977).

inicial para o ano cafeeiro 70/71 acima da procura efetiva do produto (¹).

TABELA I - DISPONIBILIDADE BRASILEIRA DE CAFÉ - ANO CIVIL, 1969-80

UNIDADE: MILHÕES DE SACAS DE 60 KGs.

ANO	DISPONI- BILIDADE INICIAL	PRODUÇÃO	CONSUMO INTERNO	EXPORTAÇÃO	DISPONI- BILIDADE FINAL
2º semes- tre 1969	50,1 ⁺	20,6	4,5*	10,5*	55,7
1970	55,7	11,0	8,9	17,1	40,7
1971	40,7	24,6	8,9	18,4	38,0
1972	38,0	24,5	6,8	19,2	36,5
1973	36,5	14,3	6,9	19,8	24,1
1974	24,1	28,1	7,6	13,3	31,3
1975	31,3	22,2	7,1	14,6	31,8
1976	31,8	6,0	6,6	15,6	15,6
1977	15,6	16,1	7,3	10,1	14,3
1978	14,3	20,0	7,0	12,5	14,8
1979	14,8	21,6	6,9	12,0	17,5
1980	17,5	17,4	7,5	15,2	12,2

Fonte: Anuário Estatístico do café, 1980/81

(+) Dado extraído de OIC (1970), que representa a soma de 43,2 milhões de sacas em poder do IBC e 6,9 em mãos de particulares, no mês de junho de 1969.

(*) Dados referentes ao segundo semestre de 1969.

Obs: Considerou-se que a produção do ano safra t/t+1 equivale à produção do ano civil t.

(¹) A modificação da estatística mundial do café parecia motivo de acabar ou pelo menos suspender, provisoriamente, a execução do Acordo Internacional do Café, que se utilizava de mecanismos de fixação de cotas e de ajustes seletivos, baseados nos preços, dentro de um contexto de abundância mundial do produto.

b) elevações irregulares nos preços internacionais. O café pode ser dividido em quatro tipos: suaves arábicas colombianos, outros suaves arábicas (centrais), arábicas não lavados (Brasil) e robusta (africanos). Tradicionalmente, podia-se associar uma escala decrescente de preços para cada um destes tipos, na ordem em que foram apontados. Entretanto, pelo fato de os aumentos de preços dos cafés brasileiros terem sido maiores do que os demais, alterou-se a ordem referida anteriormente, passando estes a serem superiores aos dos cafés centrais.

Por isso, o IBC intensificou a celebração de contratos novos com torradouros do exterior, concedendo bonificações a importadores que se comprometiam a adquirir adicionais de café do Brasil, tal que os preços finais se aproximassem dos cafés da variedade robusta e suave. A realização destes contratos não foi de caráter geral e, então, os que não o fizeram, ficaram impossibilitados de continuar a usar os cafés do Brasil, por lhes faltarem condições para competir em preço com os concorrentes beneficiados pelas concessões feitas ⁽¹⁾.

As exportações brasileiras em 1970, reduziram-se, situando-se ao nível de 17,1 milhões de sacas. Porém, o aumento nos preços foi suficiente pa-

⁽¹⁾ Esta conduta é decorrente da necessidade de maximizar a receita de divisas e ao mesmo tempo evitar a perda da participação do produto brasileiro no mercado internacional. Para se promover a recuperação do volume exportado, adotou-se a fórmula: $P_b = 0,75 P_s + 0,25 P_a$, resultante do trabalho de Delfim Netto e Pinto (1967). Por essa fórmula, o preço do café brasileiro se relaciona aos preços dos cafés suaves e africanos. Ao lado deste aspecto "racional", existe também uma questão operacional, no que se refere a realização de contratos individuais, que posteriormente passaram a ser efetuados como regra geral.

ra compensar a queda no volume, elevando a receita das exportações, para US\$ 981,8 milhões. Destaca-se a evolução das vendas de café solúvel, que ultrapassam a casa de 1,0 milhão de sacas. Pela Tabela II, podemos verificar a evolução das exportações brasileiras de café. Observa-se que apesar de mais elaborados, o preço médio do café solúvel é significativamente inferior ao do café verde ⁽¹⁾.

Ainda no ano de 1970, deu-se o reconhecimento da existência de ferrugem do cafeeiro nos estados da Bahia, Espírito Santo e Norte de Minas Gerais, levando as autoridades a concentrar esforços em desenvolver variedade resistente ao fungo "hemilêia vastatrix".

Em 1971, a produção brasileira se recupera, situando-se em 24,6 milhões de sacas. Ainda assim, o IBC lançou mão de seus estoques para complementar o suprimento necessário. Na medida em que os estoques se esgotavam rapidamente e a produção não supria a contento, decidiu-se pelo estabelecimento do programa de plantio com incentivos visando assegurar a participação brasileira no mercado internacional.

Neste ano, o Brasil decide também, não mais assumir a responsabilidade de sustentação unilateral dos preços externos dando flexibilidade aos mínimos de registro das declarações de vendas ao exterior. O IBC restabelece, de maneira clara, as diferenças de preços entre as diversas qualidades de

⁽¹⁾ A este respeito, sérias discussões foram criadas entre o Brasil e os Estados Unidos. Ao contrário do que ocorre em relação ao café verde, as exportações brasileiras de café solúvel não se submetiam à cobrança da cota de contribuição, a fim de conferir competitividade ao produto no exterior. Os industriais americanos reclamaram as discrepâncias entre o preço de aquisição do café verde contra o do solúvel. A questão ficou resolvida através da fixação de um imposto de exportação sobre o café solúvel.

TABELA II - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ, 1969-1980

Ano	EXPORTAÇÃO TOTAL (1000scs)	EXPORTAÇÃO CAFÉ VERDE (1000scs)	EXPORTAÇÃO CAFÉ SOLÓ- VEL (1000scs)	RECEITA CAFÉ TO- TAL US\$1000	RECEITA CAFÉ VERDE US\$1000	RECEITA SOLÓVEL US\$1000	PREÇO MÉDIO VERDE US\$/sc.	PREÇO MÉDIO SOLÓVEL US\$/sc.	ÍNDICE DE PREÇOS NO ATACADO DOS EUA 1970=100
1969	19.613	18.690	923	845.687	812.955	32.732	43,50	35,47	96,5
1970	17.085	16.044	1.041	981.802	939.266	42.535	58,54	40,86	100,0
1971	18.399	17.238	1.161	822.113	772.478	49.665	44,81	42,75	103,2
1972	19.215	17.503	1.712	1.057.104	989.218	67.886	56,52	39,65	107,9
1973	19.817	17.856	1.961	1.344.153	1.244.271	99.881	69,65	50,93	122,7
1974	13.279	11.424	1.855	980.280	864.313	115.965	75,66	62,50	145,9
1975	14.604	13.035	1.568	934.145	854.514	79.632	65,63	50,77	158,4
1976	15.602	13.424	2.179	2.398.045	2.172.687	225.358	161,86	103,44	165,8
1977	10.083	8.496	1.587	2.613.342	2.287.552	325.790	269,24	205,33	175,9
1978	12.551	10.355	2.196	2.294.490	1.946.509	347.984	187,98	158,46	189,6
1979	12.010	9.370	2.640	2.325.705	1.917.618	408.087	204,65	154,56	213,4
1980	15.209	13.197	2.012	2.771.205	2.486.045	285.160	188,38	141,71	243,5

Obs: A análise dos dados de receita e preço deve ser feita com cautela. No período, observou-se com frequência a utilização de contratos de venda de café verde com cláusulas de garantia de preços contra eventuais baixas das cotações internacionais. Em caso de quedas de preços do café o IBC devolve a diferença em "Avisos de Garantia" aos importadores. Os avisos representam o valor da indenização, que devem ser utilizados como parte de pagamento de qualquer outra compra de café. Sendo assim, a receita da venda de café num dado ano pode não ser efetiva devido às baixas verificadas nas cotações internacionais, implicando em devoluções que não estariam computados. Ver Carvalho Filho (1976) e Agroanalysis, vol 4, n.9, 1980.

Fonte: Anuário Estatístico do Café, 1980/81 e Monthly Bulletin of Statistics, n.8, 1983.

café negociado no mercado mundial, pois a política de sustentação estava gerando queda nas exportações brasileiras, necessidade de bonificações e a fixação, pela OIC, de cotas globais de exportação acima das necessidades efetivas da demanda.

As exportações apresentaram melhora em termos de volume físico, atingindo 18,4 milhões de sacas, não sendo traduzida em aumento de receita, que declinou para US\$ 822,1 milhões.

O consumo interno seguiu o mesmo comportamento do ano anterior, atingindo 8,9 milhões de sacas de café verde. Entretanto, este seria o último ano da década a atingir tamanho volume de consumo interno, pois em fins deste ano houve a extinção dos subsídios a ele, provocando a elevação dos preços internos.

Em 1972, a produção de café teve um desempenho semelhante ao do ano anterior, sendo colhidas 24,5 milhões de sacas, acentuando a expectativa de insuficiência no atendimento à demanda. Por isso, foi implantado o Plano Trienal de Renovação e Revigoramento de Cafezais, que pretendia a expansão do plantio para áreas ecológicamente favoráveis, através de técnicas modernas de cultivo. Previa a formação até 1975, de 600 milhões de cafeeiros novos, distribuídos pelos estados de SP, PR, ES, RJ, GO, MT, BA, CE e PE. As medidas de estímulo para aceitação deste plano pelo produtor, foram: elevação de preço de garantia de compra pelo IBC, baixa taxa de juros cobrada no financiamento bem como longo prazo para o resgate ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Para maiores detalhes a respeito dos programas de produção do café ver Guarnieri (1979).

Vale dizer que este plano, aliado à extinção do subsídio, contribuiu para a redução do consumo interno na medida em que elevou os preços de garantia ⁽¹⁾, com reflexos sobre os preços de aquisição do café verde pelas indústrias brasileiras. O consumo interno, em 1972, se reduziu em mais de 2 milhões de sacas.

No plano internacional, a expectativa de escassez do produto se reforçava e cada vez mais os importadores lançavam-se no mercado para ampliação de seus próprios estoques. Por outro lado, os exportadores procuravam obter dos países consumidores, o reajuste das faixas de preços estabelecidas pelo Conselho da OIC para efeito dos ajustes das cotas de exportação em função dos preços ⁽²⁾. Como não viram satisfeitas suas reivindicações, alguns países produtores inspirados pelo Brasil, Colômbia, Angola e Costa do Marfim, firmaram atitude de grupo, conhecido como "Grupo de Genebra", com objetivo de melhorar os níveis de preços de café, a fim de manter o poder de compra de suas receitas de exportação do produto.

Por isso, em reunião do Conselho da OIC, em agosto de 1972, os importadores, principalmente EUA e Alemanha, assumiram posição intransigente, re

(1) Preços de garantia ou preços suporte são aqueles através dos quais o IBC compra e/ou garante a compra do excedente de produção.

(2) As faixas de preços estabelecidas pela OIC para controlar o mercado foram fixadas antes da desvalorização do dólar, que ocorreu em dez/71 e, então, os exportadores pediam que os preços fossem corrigidos, levando em consideração esta desvalorização.

(3) A atitude formada pelos países produtores foi facilitada pelo "boom de commodity" naquele período.

cusando-se a tratar da cota global de exportação para 72/73 sem que antes lhes fosse garantido que os exportadores não agiriam unilateralmente, como feito em Genebra. O consenso não foi obtido, ficando o mercado mundial livre das restrições de cotas e de preço da OIC, bem como da não renovação do Convênio Internacional do Café, que terminaria em 30/09/73. O grau de entendimento dos países produtores redundou na manutenção e posterior elevação dos preços do produto ⁽¹⁾.

As exportações brasileiras apresentaram uma boa performance, atingindo nível equivalente ao dos últimos anos da década de 60, com volume de 19,2 milhões de sacas, obtendo um record de receita, no valor de US\$ 1.057,1 milhões.

Em consequência da geada de 1972, a produção brasileira de café em 1973 declinou para 14,3 milhões de sacas, melhor delineando a preocupação de escassez no mercado internacional e a necessidade de recuperar o potencial produtivo nacional.

Os estoques nos países consumidores, que eram muito alto em fins de 1972, cresceram ainda mais durante 1973, em consequência do aumento de compras dos torradoures e comerciantes, muitas vezes com embarques futuros, por receio de escassez, bem como devido às sucessivas crises monetárias que criavam constante expectativa de desvalorização do dólar.

Com o desentendimento entre os parceiros da OIC, a ação dos países produtores tornou-se a única força reguladora do mercado, agindo independentemente de qualquer forma de policiamento ou apoio dos países consumidores. Foi possível realizar a união dos países produtores, que visavam seu próprio fortalecimento.

⁽¹⁾ A elevação dos preços deveu-se também à geada e chuvas fortes ocorridas no Brasil entre julho e agosto de 1972.

Em função disto, em junho de 1973, criou-se uma companhia multinacional, Café Mundial, com sede em Londres, com objetivo de, mediante intervenção no mercado, evitar que indiscriminadas e/ou excessivas ofertas do produto atuassem depressivamente sobre os preços.

No âmbito da OIC, houve prorrogação, excluídas as cláusulas econômicas, do 2º Convênio Internacional do Café (de 1968) por dois anos (até 30/09/75), ficando esta organização apenas como fórum para novas negociações.

Devido à demanda crescente, à queda da produção brasileira e a união dos países produtores, os preços internacionais elevaram-se significativamente. À medida em que isto ocorria, o IBC aumentava o preço mínimo de registro e elevava na mesma proporção os preços de garantia concedidos aos produtores, dando continuidade à sua política de estímulo ao programa de renovação da cafeicultura. A alta dos preços recebidos pelos produtores gerou insatisfação nas empresas torrefadoras, levando o IBC a vender novamente cafés a preços subsidiados, em meados de 1973. O consumo interno praticamente se manteve inalterado, ao nível de 6,8 milhões de sacas.

As exportações brasileiras alcançaram o volume de 19,8 milhões de sacas, superior ao ano anterior. Entretanto, em termos de comércio mundial houve um decréscimo na participação relativa do Brasil, em vista do aumento do total comercializado, que atingiu 62,5 milhões de sacas (Tabela III). Em termos de divisas para o país, houve novo record de receita, no valor de US\$ 1.344,1 milhões.

O reflexo da antecipação de compras para formação de estoques dos países consumidores foi a grande dificuldade de vendas durante o ano de 1974.

Neste ano, presencia-se à mais grave crise econômica enfrentada pelo mundo, desde o término da II Grande Guerra. A interrupção do crescimento econômi-

TABELA III - EXPORTAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA DE CAFÉ, 1969-80
(1.000 sacas de 60 kg)

EXPORTAÇÃO			
ANO	MUNDIAL	BRASIL	%
1969	54.196	19.613	36,2
1970	52.722	17.085	32,4
1971	53.489	18.399	34,4
1972	57.866	19.215	33,2
1973	62.584	19.817	31,7
1974	54.787	13.280	24,2
1975	57.913	14.604	25,3
1976	58.740	15.602	26,6
1977	47.111	10.083	21,5
1978	56.078	12.551	22,4
1979	62.494	12.010	19,3
1980	60.255	15.209	25,3

Fonte: Anuário Estatístico do Café, 1980/81.

co, a presença de acentuado grau de inflação e forte desequilíbrio nos pagamentos internacionais constituíram os fatos marcantes da economia mundial ⁽¹⁾.

Os efeitos da crise econômica mundial, o encarecimento dos transportes marítimos, a existência, em fins de 1973, de grandes estoques no exterior, aliados à grande safra brasileira de café em 1974, de 28,1 milhões de sacas, explicam as dificuldades de venda que caracterizaram este ano.

Aliado a isto, a mudança de governo nos principais países produtores de café - Brasil, Colômbia e Portugal (Angola) - provocou certa ruptura no arranjo entre produtores que visava disciplinar a oferta e a política de preços. Isto levou o Brasil a manter novamente uma política de sustentação de preços, que lhe custou perdas de volume e receita em benefício dos concorrentes.

Apenas em setembro do ano, quando os estoques nos países importadores se reduziam, o IBC passou a firmar com torradouros do exterior contratos de fornecimento, pelos quais eles se comprometiam a adquirir determinada quantidade de café do Brasil durante um ano, ficando-lhes assegurado que o custo efetivo seria baseado nos indicativos da OIC para os cafés da América Central e África. Se os preços estivessem com diferenciais acima do normal, haveria indenização pelo IBC em avisos de garantia.

As exportações brasileiras em 1974 reduziram-se significativamente, passando para 13,3 milhões de sacas, não mais recuperando o nível anterior até o fim da década. A receita igualmente se reduziu, ficando em US\$ 980,3 milhões. O café cede seu lugar de maior gerador de divisas para o açúcar, participando com apenas 12% das exportações totais brasileiras, enquanto, no ano anterior

⁽¹⁾ Os sintomas desta crise vinham-se prenunciando desde o segundo semestre de 1973, quando subitamente cessou o "boom" de produção e investimento do período 72/73 e a partir de outubro, pela quadruplicação dos preços de petróleo.

esta atingiu 22 pontos percentuais ⁽¹⁾. O reduzido volume exportado foi compensado com a elevação do consumo interno, principalmente no primeiro semestre do ano. No fim do ano, houve considerável reajuste do preço de garantia e, então, o consumo se restringiu. No total, consumiu-se o equivalente a 7,6 milhões de sacas de café verde.

Em 1975, presenciou-se à maior geada ocorrida no Brasil desde 1918, com quebra total na produção paranaense e significativas perdas em São Paulo, estendendo-se seus efeitos negativos até duas safras seguintes, 76/77 e 77/78, porém sem prejuízo para a safra 75/76, que se situou em 22,2 milhões de sacas ⁽²⁾. A geada veio neutralizar os efeitos derivados da recessão mundial, que além de reduzir as taxas de consumo para o café nos grandes mercados importadores, vinha deprimindo os preços desde meados de 1974. Em consequência os preços internacionais voltaram a se elevar.

Conforme já mencionado, em setembro de 1974 haviam sido celebrados contratos de fornecimento com torradores no exterior para o prazo de um ano. As vendas contratadas para embarques futuros não permitiram ao Brasil se beneficiar internamente das altas das cotações internacionais ocorridas no segundo semestre. Após o término da vigência, o IBC não renovou os contratos de fornecimento. Todavia, manteve um abono fidelidade aos torradores que utilizavam

(1) A redução na participação do café na receita total de divisas é resultante da política de diversificação adotada, bem como da própria condução da política cafeeira.

(2) Em função da geada, a ação governamental, através dos planos de renovação e revigoração de cafezais, tornou-se mais intensa em 1975/76 e 1976/77, criando-se o Plano de Emergência para Recuperação dos cafezais geados.

mais de 20% de café brasileiro em seus "blends".

Dado o panorama geral da economia brasileira, observa-se aqui a reavaliação da política econômica em relação ao petróleo. Tida, inicialmente, como um fenômeno transitório, a grande elevação dos preços do petróleo provocou sérios problemas na balança comercial brasileira e elevação nos índices inflacionários ⁽¹⁾. Assim sendo, a política cafeeira teve de se enquadrar novamente, dentro da visão maximizadora, fornecendo divisas para aliviar as pressões existentes.

A produção de café em 1976 apresentou-se extremamente reduzida, 6,0 milhões de sacas, acentuando os problemas de escassez no mercado internacional. Para satisfazer as necessidades de consumo interno e externo, o IBC teve que se utilizar de seus estoques, tornando-os mínimos ⁽²⁾.

Assim, as cotações internacionais elevaram-se substancialmente. Alguns países importadores, desejosos de frear as bruscas elevações, passaram a incentivar uma campanha de boicote ao consumo de café.

O Brasil exportou 15,6 milhões de sacas, obtendo uma das maiores receitas do período, de US\$ 2.398,0 milhões, recolocando o café em sua posição de destaque na balança de exportação brasileira. O consumo interno foi contraído, atingindo o menor nível da década, de 6,6 milhões de sacas.

Países como Colombia, El Salvador, Guatemala e México destacaram-se como principais produtores do grupo, por aumentarem suas exportações em ritmo análogo ao grupo da África nos últimos anos.

Em 19 de outubro de 1976, entrou em vigor o novo Acordo Internacional do

⁽¹⁾ Para uma discussão a respeito ver: Mendonça de Barros e Barros de Mello (1984).

⁽²⁾ Houve, inclusive, importação de 40 mil sacas de café em El Salvador, e destinada para a indústria doméstica.

Café, com objetivo de manter a estabilidade dos preços e ordenar o mercado, sendo similar aos anteriores quanto ao estabelecimento de cotas em períodos de excedentes de oferta. Contudo, não seriam estabelecidas cotas quando os preços estivessem acima de certo nível.

O ano de 1977 foi difícil. Intensifica-se a política de estímulo à diversificação da pauta de exportação, sob a justificativa de não sujeitar a receita de divisas do país às flutuações do mercado, de um único produto. A execução da política cafeeira ficou pressionada pela exigência de rígido controle da inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos, de um lado e, de outro, pela necessidade de fomentar a produção e ampliar as exportações.

A partir do segundo trimestre deste ano, amplia-se a campanha de boicote ao consumo de café nos países importadores, principalmente nos Estados Unidos e Europa, provocando grande redução nas compras do produto; isto acelerou uma tendência pré-existente de substituição do café pelo consumidor, com a consequente reversão da tendência de preços.

Diante disto, o Brasil adotou a política de sustentação de preços no mercado internacional através de elevações do preço mínimo de registro, fundamentado no fato de que grande volume já tinha sido adquirido no exterior e, dada a retração no consumo mundial, a redução nos preços do produto brasileiro não reativaria as vendas.

Ao lado disto, o IBC adotou uma política de abastecimento interno, tabelando os preços de café torrado e moído e do café verde beneficiado ao torrador; criou o Programa de Suprimento ao Mercado Interno Vinculado à Exportação (extinto em abril de 1978), no qual os exportadores deveriam destinar café ao mercado interno a fim de obter o registro de suas exportações, na proporção de 1 : 2; proibiu a exportação do tipo 7 e 8, reservando-o à Indústria nacional de torrefação e de solúvel. O IBC passou também, a adquirir café de

produtores e cooperativas, de qualidade superior ao tipo 6 ⁽¹⁾.

Estas medidas reativaram o consumo interno, elevando-o para o equivalente a 7,3 milhões de sacas durante o ano de 1977.

As exportações brasileiras de café, ficaram praticamente paradas no segundo semestre, apesar das expectativas de que o findar do verão no hemisfério norte (setembro) e o fim dos estoques das torrefadoras no exterior, fizessem com que as vendas fossem retomadas. Em consequência disto, as empresas começaram a se descapitalizar, sendo aprovado no início do último semestre de 1977, uma linha especial de crédito contra avisos de garantia, a juros favorecidos ⁽²⁾. O IBC assinou também, contratos especiais, concedendo descontos aos importadores ⁽³⁾.

No final do ano, o IBC retrocede nesta política, rebaixando os preços mínimos. As exportações atingiram o menor volume de toda a década, de apenas

(¹) Além disso, o IBC encarregou a Interbrás de importar café para não permitir queda nos preços externos. Conforme dados do Ministério da Fazenda, importou-se em 1977, de Madagascar 76.840 sacas de café e destinados à indústria de solúvel.

(²) Estes avisos de garantia eram concedidos pelo IBC aos exportadores que comprovassem a venda ao consumo interno, através de certificados de cotas. Após o exportador fazer o registro das vendas externas no IBC, este podia se utilizar da linha especial de crédito, mediante a apresentação dos avisos de garantia recebidos anteriormente. A este respeito ver Conjuntura Econômica, vol. 31, n.6, 1977, pag. 7 e vol. 32, n.2, 1978, pag. 102.

(³) Os contratos firmados previam indenização baseada na diferença entre o preço mínimo vigente e a média dos indicativos para outros suaves e robusta, até o máximo de 20 centavos de dólar por libra-peso.

10,1 milhões de sacas, reduzindo-se em mais de 5 milhões de sacas. Porém, a receita elevou-se para US\$ 2,6 milhões, sendo esta a maior da década. Observa-se na Tabela III, a reversão da tendência crescente, da participação das exportações brasileiras sobre as exportações mundiais de café.

Em defesa de sua posição no mercado, a Colômbia rebaixou seu preço mínimo de registro e, diante da retração do mesmo, reduziu suas exportações em menos de 1 milhão de sacas, o que resultou em pequeno aumento de sua participação no mercado internacional.

Durante o ano de 1978, o IBC foi o grande comprador dos produtos brasileiros, adquirindo cerca de 8,4 milhões de sacas, 42% da produção, motivado por pressões políticas dos cafeicultores que, em dificuldades financeiras, buscavam junto ao governo a melhor fonte de sobrevivência.

O mercado internacional do café esteve em posição desfavorável durante todo este ano. Devido à persistente tendência baixista das cotações internacionais, os países consumidores desinteressaram-se em formar qualquer estoque que não fosse para atender suas necessidades imediatas, aguardando novos decréscimos de preços.

A lentidão com que se desenrolaram as exportações brasileiras, os baixos preços internacionais e a insuficiência de crédito para comercialização, provocaram grande falta de liquidez financeira, tanto para o produtor, quanto para o comerciante de café no Brasil, a exemplo do ocorrido no ano anterior. A geadas era encarada pelos cafeicultores como tábua de salvação para compensar os problemas de iliquidez. A ocorrência de geadas, em agosto de 1978, nas regiões produtoras do sul do país, surgiu como alívio para os cafeicultores.

A despeito de constantes reuniões nos países produtores, que objetivavam a valorização dos preços de café, a fim de o Brasil não ter sempre, de arcar sozinho com a política de sustentação de preços,⁽¹⁾ da geada e da sistemática de descontos utilizada pelo IBC, o mercado internacional não mostrou sinais de melhora. As exportações brasileiras atingiram apenas 12,5 milhões de sacas, com queda de mais de US\$ 300 milhões na respectiva receita.

Enquanto isto, a Colômbia continuava em sua política de expansão de vendas, mantendo seu preço em um patamar atrativo em relação aos outros exportadores. As quedas registradas no mercado internacional eram, imediatamente, acompanhadas pela Colômbia através de reajustes, para menos, no preço de exportação.

Estas dificuldades citadas decorreram das elevações de preços internacionais, no período de julho de 1975 a abril de 1977, gerando as campanhas de boicote pelos países consumidores, reduzindo o nível de consumo mundial de café. Estas campanhas tinham como argumento de impacto, a possibilidade de cartelização da produção, o que somente poderia ser impedida pela reação imediata dos consumidores. Considerava-se que o absurdo não era o preço do café, mas o volume de receita que alguns países subdesenvolvidos estariam auferindo devido

(1) Neste sentido, criou-se o Fundo de Estabilização de Preços do Café suscrito pelos principais produtores latino-americanos. Buscava-se regular o mercado, diante da não fixação dos parâmetros de preços do esquema de cotas de exportação, o que foi causado por conflitos de interesse entre produtores e consumidores, num quadro em que a produção parecia expandir-se, mas o consumo não mostrava sinais de recuperação.

àqueles preços e, principalmente, ao risco de estes países se unirem com objetivo de preservar os preços elevados.

A campanha pelo boicote, que a princípio foi rentável às empresas torrefadoras internacionais, uma vez que seu efeito se fez sentir mais fortemente sobre os preços internacionais do que sobre os preços de venda no varejo, mostrou-se indesejável, no sentido de resultar em estreitamento de mercado e, conseqüentemente, veio encurtar suas pretensões, conduzindo as principais torrefadoras, já no final de 1978, a empenharem-se em campanhas de propaganda.

Em 1979, o Brasil encontrou-se pressionado pelo agravamento da situação do balanço de pagamentos e pela crescente inflação, gerando grandes conflitos.

As exportações do primeiro semestre de 1979 mostraram-se satisfatórias. Porém, o resultado obtido decorreu da estratégia de compras utilizada pelos grandes importadores, de anteciparem-se aos meses de inverno brasileiro - maio a agosto - com a finalidade de reduzir suas participações no mercado neste período, devido ao risco de geadas, o que empresta grande nervosismo aos negócios do café.

Para induzir o importador a realizar suas compras no Brasil, o IBC decidiu eliminar os descontos especiais e adotar novamente a sistemática de garantia de preços.

A safra 1979/80, que já havia sido afetada em 1978, foi atingida por outra geada ⁽¹⁾. Apenas três dias depois, o IBC suspendeu os registros de expor

(¹) A geada de 1979 foi a típica, no sentido de ter-se antecipado ao período em que tradicionalmente aparece. Deu-se entre 30 de maio e 19 de junho.

tação para avaliar os danos. Neste interim, devido à expectativa de elevação dos preços mínimos de registro e da cota de contribuição, foram registrados grandes volumes de exportação fria ⁽¹⁾. Para possibilitar o escoamento destas vendas, o IBC optou por admitir exportações apenas em outubro do ano, alterando constantemente os valores de preço mínimo e de confisco cambial.

Por seu lado, os cafeicultores prejudicados pela geada e pela impossibilidade de exportação imediata de seus produtos, provocaram um movimento reivindicatório visando obter maior liquidez e rentabilidade. Os itens reivindicados, mais importantes, foram: antecipação de preços de garantia, eliminação do confisco cambial e elevação dos níveis de financiamento para o café.

Devido à lentidão no processo de decisão das autoridades a respeito destes itens, bem como o fato de os preços internos serem considerados insatisfatórios, parte da oferta brasileira de café foi aparentemente negociada pelo Paraguai ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Essa operação consiste em registrar no IBC uma venda declarando um comprador fictício, que normalmente é o corretor do exportador no exterior. Com isto, o exportador espera ganhar com a diferença da cota de contribuição. Conforme Agroanalysis, vol. 3, n. 7-8, 1979, estas exportações frias foram avaliadas entre 700 e 1 milhão de sacas.

⁽²⁾ Este fato encontra-se em Agroanalysis vol. 3, n. 9, 1979, pág. 4 ...

"Este comportamento inesperado das cotações encontra explicação na combinação de alguns novos fatores que vieram a ocorrer. Ao contrário do previsto, o Brasil praticamente se limitou, em agosto e setembro, a procurar compradores para suas vendas frias. Enquanto isso, parte da oferta brasileira era negociada a preços significativamente inferiores aos de mercado através do Paraguai".

Ao final, apesar de predominar o ponto de vista do governo com relação a se evitar excessivo aumento nos meios de pagamento, deliberou-se favoravelmente à antecipação dos preços de garantia e à elevação do percentual financiável sobre o preço de garantia do café. Considerando que foi adotado o sistema de preços de garantia crescente, o efeito do aumento do crédito de comercialização foi a retenção do produto no interior.

A retração da oferta externa brasileira aliada à maior presença do Fundo de Estabilização de Preços de Café no pregão das bolsas de Nova York e Londres, buscava alcançar preços mais estáveis e remuneradores, quando as condições do mercado pareciam indicar uma expansão. Enquanto o Brasil sustentava as cotações em níveis elevados, outros países vendiam o máximo possível de café, particularmente a Colômbia.

No último mês de 1979, o IBC autorizou novamente a concessão de descontos para poder atingir à sua segunda meta de exportação anunciada para o ano, de 12 milhões de sacas - a primeira meta se situava entre 13 e 14 milhões de sacas. As exportações brasileiras finalizaram 1979 em 12,0 milhões de sacas, reduzindo um pouco mais sua participação no mercado internacional; o Brasil arrecadou US\$ 2.325,7 milhões.

No início de 1980, as autoridades hesitaram em definir a política de vendas de café: sustentar as cotações internacionais ou reconquistar as parcelas perdidas no mercado mundial, diante de uma estimativa de produção de 17.4 milhões de sacas.

Após ter-se decidido pela segunda opção, as exportações recuperaram-se. Optou-se pelo sistema de contratos de fornecimento, garantindo ao importador a devolução, em avisos de garantia, da diferença entre o preço oficial de vendas do Brasil e a média das cotações de outras origens. Adicionalmente, o

IBC se comprometia, caso os preços caíssem até quarenta dias após o embarque da mercadoria, a devolver a diferença ao comprador, também em avisos de garantia ⁽¹⁾. Desta forma, o Brasil passou a adotar uma política de reconquista de mercado sem abrir mão completamente do objetivo de sustentar as cotações internacionais.

Esta decisão baseou-se na expectativa de que os preços não se reduziriam diante da menor safra esperada para o ano, da situação conturbada da América Central e das próprias estatísticas internacionais que acenavam para tal. Entretanto, a partir de meados do ano, as cotações iniciaram inesperadas e contínuas quedas. Esta situação foi devida a manipulações especulativas de grandes compradores com vistas a se beneficiarem das devoluções combinadas nos contratos de fornecimento. Como o valor da devolução era calculado com base nas cotações de café de outras origens, sobre as quais o Brasil não tem controle, a manipulação foi feita sobre estas. Estas manobras foram possíveis pois havia grandes estoques em poder dos importadores ⁽²⁾. Todo esforço de negociação dos países produtores não foi capaz de reverter esta tendência, que perdurou até o final do ano.

⁽¹⁾ Aqui já se observa a celebração de contratos padronizados, beneficiando todos os importadores de café brasileiro.

⁽²⁾ Os preços indicativos da OIC, para outros arábicas e robusta decresceram persistentemente de US\$ 190,54/lb e US\$ 174,06/lb respectivamente, em maio de 1980 a US\$ 114,86/lb e US\$ 116,36/lb em novembro do ano. Alguns analistas estimaram em US\$ 300 milhões o valor das devoluções que o IBC teve de fazer. Acredita-se que estas tenham se aproximado do valor da cota de contribuição do segundo semestre do ano. Ver Agroanalysis, v.4, n. 9, 1980.

Nesta conjuntura de queda de preços, aumento da produção mundial e recuperação do consumo desenvolveram-se as negociações visando a estabilização de preços, sob a égide da OIC. Destas negociações, chegou-se a um acordo com validade a partir de 1/10/80 para o período 80/81. Assim, o Acordo Internacional do Café, assinado em 1976, somente neste ano pode efetivamente vigorar no controle do mercado mundial.

Passados oito anos após a ruptura do AIC, o mercado mundial voltou a ser controlado pela OIC. A cota de exportação fixada para o Brasil em 70/71 girou em torno de 18 milhões de sacas, enquanto a cota global foi de 54,9 milhões. Para o período 80/81 coube apenas o equivalente a 14,5 milhões de sacas, ficando a possibilidade de exportar mais 2 milhões de sacas para países não membros e a cota estabelecida para todos os países membros ficou em 56 milhões de sacas.

1.3 Os Problemas

Através da análise descritiva dos acontecimentos relativos ao café, podemos identificar grandes problemas desta área, na década de 70, no que tange a três pontos básicos: produção, exportação e consumo interno.

Desde 1966/67, a produção não foi suficiente para atender às necessidades de consumo interno e externo, em consequência de excessiva erradicação dos cafezais, alterando a meta estabelecida no programa implantado em 1961. A partir de 1967, tentou-se promover a reabsorção dos fatores produtivos liberados durante a erradicação, através de incentivos creditícios à implantação de complexos agroindustriais e na década de 70, ênfase foi dada à formação de novos cafezais e à recuperação dos já existentes, diante da perspectiva de escassez do produto, refletida na redução contínua dos estoques oficiais.

Os planos de renovação e revigoramento de cafezais tinham como diretriz básica, a expansão do plantio nas áreas ecológicamente favoráveis e dentro da melhor orientação técnica.

Na década de 70, observa-se um comportamento bastante irregular da produção cafeeira, afetada por duas geadas de grande extensão em 1969 e 1975 - atingindo principalmente os estados do Paraná e São Paulo. Adicionando-se outras geadas de menor proporção - em 1972, 1978 e a precoce de 1979 - acompanhadas do alastramento da ferrugem a todos os estados cafeeiros, no início da década, não foi possível que todo o potencial cafeeiro vingasse.

De uma comparação entre a média da produção das últimas duas décadas, nota-se a redução de um período a outro, que passa de 24,7 milhões de sacas em 1960/69 para 18,8 milhões em 1970/79, com desvio de 9,4 e 6,9 milhões respectivamente. Entretanto, a flutuação da produção em torno da média, apresentou-se praticamente igual nos dois períodos - ao redor de 36%.

Este fato sugere alguma análise mais profunda, na medida em que se esperava, através dos programas de renovação e revigoramento, um aumento da produção, o que em termos médios não se verificou, nem mesmo reduziu sua variabilidade.

Observou-se, também, durante o período, que o setor produtor manifestou sua insatisfação (1979) com relação à redução de seu nível de renda. Da união dos dois fatores, queda de produção e insatisfação dos produtores, poder-se-ia verificar os efeitos dos programas propostos pelo governo sobre o nível de renda e emprego do setor.

Na evolução das exportações, aparecem mais alguns pontos que mereceriam maior atenção. As exportações brasileiras de café apresenta-

ram-se decrescentes ao longo do período, com a consequente perda da participação no mercado mundial.

Pode-se dividir, para efeito de análise, a década de 70 em três períodos básicos:

1) de 1970 a 1973 - quando as exportações mundiais de café cresceram aceleradamente, diante da expectativa de escassez do produto bem como pelas sucessivas crises monetárias nos países importadores, conduzindo-os a adotar uma política de estoques de café. Através de esforços de venda, as exportações brasileiras atingiram volume anual em torno de 18 a 19 milhões de sacas, atraindo considerável receita de divisas para o país. O "share" de mercado para o Brasil se reduziu, mas ainda assim deteve 30% da demanda.

A estratégia de comercialização, neste período foi bastante diversificada, com sustentação de preços internacionais através de preços mínimos de registro elevados, utilização de contratos especiais, política de entrepostos bem como política de flexibilidade (1971) e garantia de preços.

2) de 1974 a 1976 - quando as exportações mundiais declinaram bruscamente, ao nível de 1969, em decorrência da crise econômica. Este período caracterizou-se pela não observância do Acordo Internacional do Café, sendo a união dos principais países produtores a única ação reguladora do mercado.

A política de comercialização externa adotada pelo IBC, novamente valorizacionista, baseou-se em contratos de fornecimento e, após a geada de 1975, limitou-se à sistemática de garantia de preços. As exportações brasileiras caíram proporcionalmente mais do que as demais, estreitando o "share" de mercado, que passou a representar cerca de 25% do total. Com exceção de 1976, a receita de divisas ficou abaixo dos dois anos anteriores.

3) de 1977 a 1979 - quando as exportações mundiais tiveram outra queda

brusca, atingindo o menor nível da década. Este período foi marcado por campanhas de boicote empreendidas pelos países consumidores, principalmente Estados Unidos, com a finalidade de barrar a alta de preços observada no mercado.

As vendas externas foram conduzidas basicamente através de contratos especiais e de garantia de preços. As exportações brasileiras caíram ainda mais, participando com apenas 19,3% do mercado em 1979. Porém, em termos de receita de divisas, obteve-se uma média de US\$ 2,4 bilhões, ou seja, muito elevada.

Finalmente, em 1980 houve considerável recuperação do mercado externo pelo Brasil, atingindo 25% do total comercializado. As exportações foram estimuladas através de contratos de fornecimento; porém, por pressão dos grandes importadores sobre os preços de outras origens, houve necessidade de grande volume de devoluções, através de avisos de garantia e sendo pagos com recursos da cota de contribuição. Portanto, o valor da receita de café fica superestimada, diante das devoluções feitas. Neste ano, o mercado voltou a ser regulado pela OIC, estabelecendo-se novo Acordo Internacional do Café.

Analisando a exportação do café solúvel, nota-se que, durante a década de 70, este apresentou-se crescente, chegando a atingir 22% das exportações totais de café em 1979. Da simples comparação entre os preços de café verde e do solúvel convertido em equivalente verde, observa-se que os preços do solúvel estiveram sempre abaixo do verde, o que parece incoerente se considerarmos que o solúvel passa por um processo industrial ao passo que o verde, não. Isto parece sugerir que, pelo fato de o preço de exportação do café verde ter sido mantido acima dos níveis efetivamente praticados no mercado, sendo concedidos vários descontos, bonificações e devoluções, a conversão do preço do solúvel para o equivalente verde, estaria dando a orientação do pre-

ço médio de café verde praticado no mercado.

Vemos portanto, que vários pontos mereceriam análise mais aprofundada, quais sejam: verificação do efeito da retirada da cota de contribuição sobre os mercados internacional e interno; análise das causas que levaram à perda de mercado de café do Brasil, na década de 70; análise da política verde x solúvel; avaliação da eficiência para o Brasil do atual Acordo Internacional do Café e a verificação do efeito da política de diversificação da pauta de exportação sobre a receita de divisas do país.

Tendo em vista a perspectiva de insuficiência da produção cafeeira no atendimento às necessidades de consumo, já no início da década de 70, as autoridades responsáveis fizeram a opção, no Plano Nacional de Política Cafeeira, de implantar os já referidos programas de incentivo à produção. O objetivo era atender a demanda externa de acordo com suas necessidades bem como as próprias necessidades de divisas do país, além da manutenção do consumo interno aos níveis de 1969 (OIC, 1970). Esta foi, basicamente, a política que norteou a economia cafeeira nesta década.

A evolução dos preços reais de garantia de compra pelo IBC pode ser avaliada no quadro I.

Observamos efetivamente como a produção foi fortemente estimulada durante a década de 70. Os preços reais de garantia mostraram-se crescentes, mais do que duplicados de 1970 a 1978. A partir de então, como a política cafeeira foi pressionada pela exigência de contenção do nível inflacionário, e como se esperava uma normalização da produção, os aumentos nos preços de garantia foram se reduzindo.

QUADRO I - Preços Reais de Garantia de Compra pelo IBC,
base: café tipo 6, 1970-1980.

Ano	PREÇO REAL DE GARANTIA
1970	681,02
1971	721,74
1972	773,21
1973	827,81
1974	786,08
1975	1.074,94
1976	1.159,06
1977	1.450,00
1978	1.712,33
1979	1.350,51
1980	1.185,19

Obs: Preços nominais deflacionados pelo Índice Geral de
Preços, col. 2 da FGV.

Fonte: Dados básicos extraídos do Anuário Estatístico
do Café, 1977 e 1980/81.

Por isso, o consumo interno de café foi fortemente influenciado pela condição de oferta e mercado do produto, sendo inclusive incentivado nos anos de dificuldades de exportação, e desestimulado nos anos em que se precisava assegurar o abastecimento externo, comportando-se como um mercado residual.

Apesar de reconhecida a importância de todos os demais problemas do setor cafeeiro, anteriormente apontados, esta pesquisa pretende se ater, exclusivamente, à área de consumo interno. No capítulo a seguir, analisamos a evolução detalhada do consumo de café no Brasil, no período recente.